

Força Sindical cobra de Dilma que política para funcionalismo seja mantida

Qualquer que seja o novo presidente da República, ele não será um ex-líder sindicalista. Cientes disso, as seis centrais sindicais se esforçam para obter dos pré-candidatos o compromisso de que suas bandeiras para o pós-Lula serão atendidas.

Os eventos do 1º de maio indicam que a pré-candidata petista, Dilma Rousseff, esteja mais próxima desses compromissos que a do PV, Marina Silva, ou o do PSDB, José Serra. Convidados pelas seis centrais, os pré-candidatos à Presidência tiveram comportamento diverso nos eventos do 1º de maio, no sábado. Enquanto Dilma participou de quatro eventos e esteve ao lado de todas as centrais, José Serra (PSDB) passou o fim de semana em Santa Catarina e Marina Silva, do PV, foi ao seminário realizado pela União Geral dos Trabalhadores (UGT). Esse comparecimento, no entanto, não alinhava os compromissos que as centrais gostariam de ver incluídos no programa petista.

Das seis centrais reconhecidas pelo governo, quatro já fecharam apoio à candidatura Dilma. Força Sindical e UGT ainda não anunciaram apoio integral à candidata devido à divisão partidária interna. Desde 2008, as centrais repartiram entre si R\$ 146,5 milhões transferidos pelo governo por meio do imposto sindical e, segundo dirigentes das entidades, "essa conquista do governo Lula deve ser mantida". O repasse às centrais é questionado pelo DEM, que ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo está parado no STF a espera do voto de quatro ministros - a votação está empatada. A repartição de 2010, no entanto, independe da decisão do Supremo, e as centrais começam a receber a partir de hoje fatias do bolo que pode alcançar R\$ 100 milhões neste ano.

"A Dilma não é do meio. Tenho falado com ela que, como pré-candidata, deveria ter relações mais próximas com os sindicatos", diz Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical e deputado federal (PDT-SP) em entrevista ao Valor, na sexta-feira. Paulinho, que endossou a candidatura de Dilma no evento da Força no sábado, avalia que a pré-candidata "tem sensibilidade social", mas, diz ele, "não é do movimento sindical, e sabe dessa dificuldade". A Força Sindical, ao todo, recebeu R\$ 40,5 milhões desde 2008, por meio do imposto sindical. Um ano antes, passou a apoiar o governo Lula, depois de ter participado da campanha de Geraldo Alckmin (PSDB), em 2006.

Quatro centrais - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) - já definiram apoio à pré-candidata do PT. Essas centrais têm ligações próximas com partidos da base aliada do governo, como PT, PSB, PC do B e PMDB. A direção da Força reúne desde filiados ao PDT, que apoiam o governo, a tucanos e democratas, que apoiam José Serra.

Na UGT, o presidente Ricardo Patah lida com dirigentes filiados a partidos de oposição ao governo, como PPS e DEM. Além destes, diz Patah, há "grande influência" do PV, que conta com candidata própria à Presidência. Marina Silva esteve presente no evento de anteontem da entidade e discursou contra a polarização eleitoral entre PT e PSDB.

"Nós convidamos todos, mas o Serra não veio. Ele não recebia sindicalista como governador, imagina como presidente", disse ao Valor Antônio Neto, presidente da CGTB. As seis centrais sindicais informaram que o pré-candidato tucano foi convidado para os eventos. Ele, no entanto, passou o sábado em congresso de evangélicos em Balneário Camboriú (SC). No evento, Paulinho chamou a atenção para o fato de Serra

ter recusado o convite. "Ele não veio porque não gosta de trabalhador. Vamos andar o Brasil inteiro, fábrica por fábrica, para dizer que este sujeito não pode ser eleito presidente", disse, diante de cerca de 450 mil pessoas, segundo a Polícia Militar. Ao Valor, Paulinho afirmou que Dilma poderia aproveitar a "falta de identidade do Serra com o funcionalismo público", diz ele, "para fazer um gesto de que manterá a política de valorização do funcionário público iniciada pelo governo Lula".

Dilma tem evitado se comprometer com as plataformas das centrais sindicais, mas já declarou, mais de uma vez, que pretende se empenhar numa reforma do Estado. Não deixou claro ainda se essa reforma implicaria na continuidade da política de valorização salarial ou num enxugamento dos benefícios adquiridos nos anos Lula. Nos eventos do 1º de Maio, a pré-candidata petista evitou assumir compromissos com as entidades durante seus discursos.

O presidente da CUT, Artur Henrique, disse que o fato de Dilma não ter origem no movimento sindical não muda a relação das centrais com o governo. "Muda se houver retrocesso, com a eleição de Serra, voltando a um governo que aposta, como ele diz, na revisão do pré-sal, dos gastos públicos e de parte das políticas sociais", afirmou. As críticas a Serra foram mais incisivas no evento da CUT, quando Lula criticou o ataque de Serra ao Mercosul na Federação das Indústrias de Minas Gerais.